Publicação Observatório Findes
Nº 55 | Agosto de 2025

MERCADO DE TRABALHO

Observatório FINDES

Conjuntura Econômica

Os dados desta nota são originados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE.

Taxa de desocupação do Espírito Santo atingiu o menor nível da série histórica, recuando para 3,1% no 2º trimestre de 2025

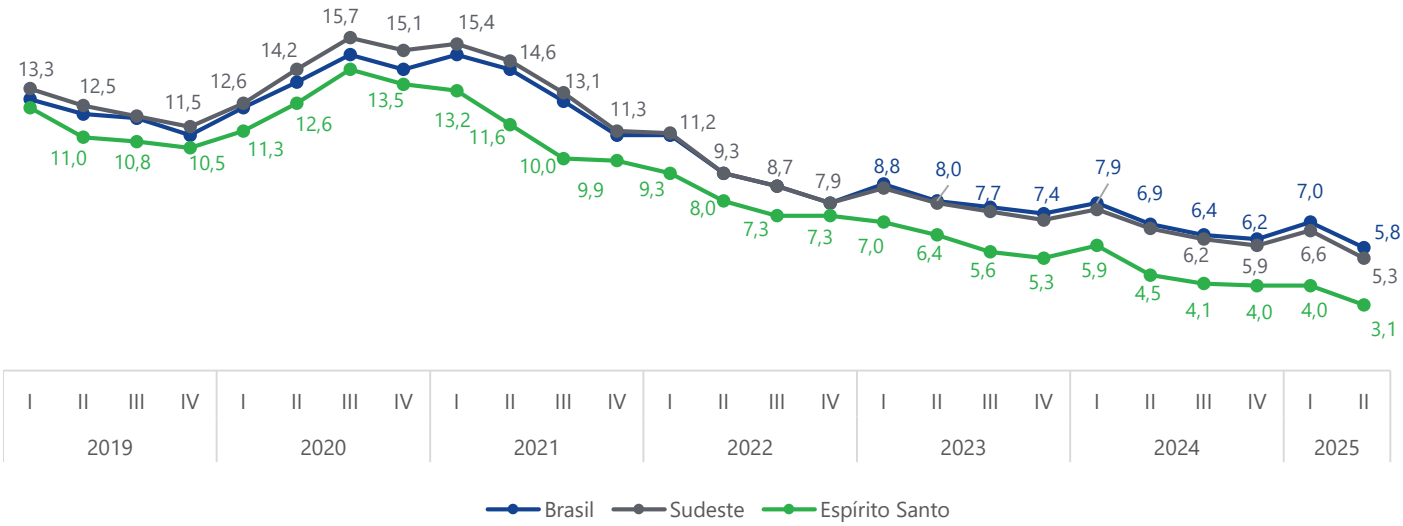
No dia 15 de agosto, o IBGE divulgou os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C) para o segundo trimestre de 2025, que trouxe informações detalhadas sobre o mercado de trabalho brasileiro no período.

DESOCUPAÇÃO

O levantamento mostrou que a taxa de desocupação, principal medida de desemprego no país, recuou para 3,1% no Espírito Santo, o menor patamar desde o início da série histórica em 2012, acompanhando o cenário nacional, em que o indicador também atingiu a mínima histórica (5,8%), conforme exibido no Gráfico 1. É importante destacar que, no primeiro trimestre de 2012, quando a pesquisa começou a ser realizada, o estado apresentou uma taxa de desocupação de 7,6%, mais que o dobro da observada recentemente.

Em termos de variação, o Espírito Santo apresentou queda de 0,9 ponto percentual (p.p.) em relação ao trimestre anterior e de 1,4 p.p. frente ao mesmo período de 2024, mantendo, no 2º trimestre, uma taxa de desocupação inferior à média nacional (5,8%) e à da região Sudeste (5,3%). Além disso, o estado apresentou o 5º menor indicador entre todas as unidades da federação e a menor taxa da região Sudeste. Em comparação com os demais estados brasileiros, o Espírito Santo ficou atrás apenas de Santa Catarina (2,2%), Rondônia (2,3%), Mato Grosso (2,8%) e Mato Grosso do Sul (2,9%).

Gráfico 1 – Trajetória da taxa de desocupação (%) - Espírito Santo, Região Sudeste e Brasil



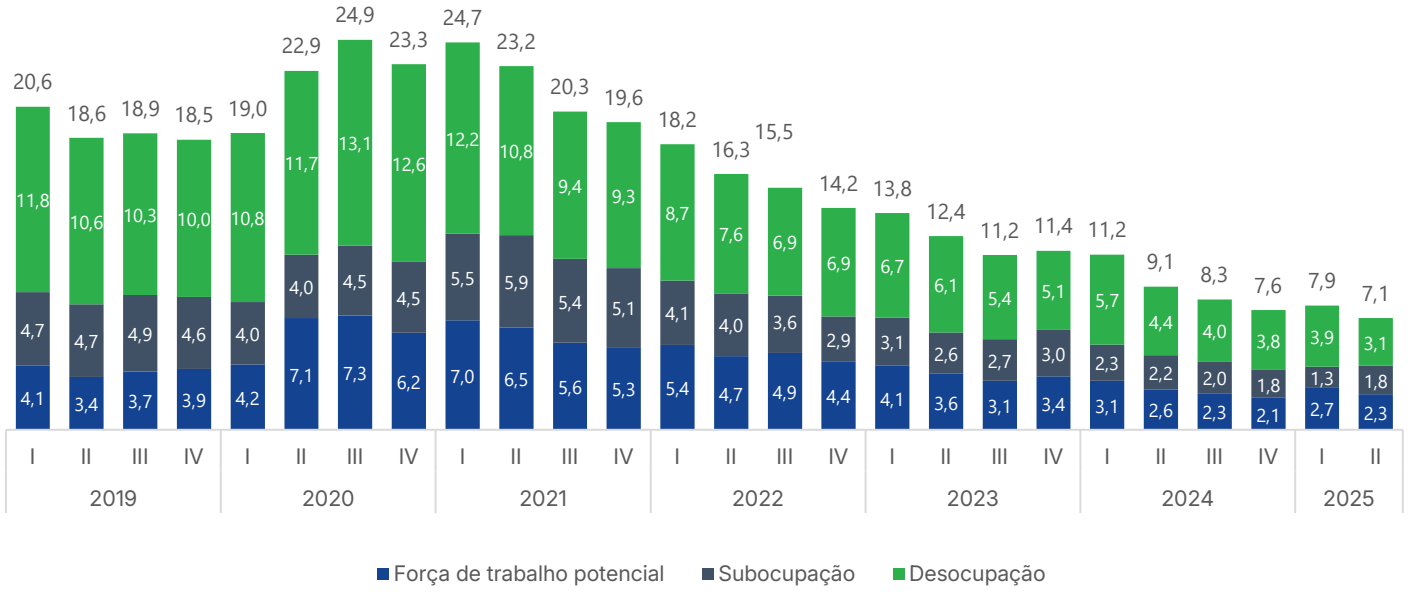
Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE. | Elaboração: Observatório Findes.

Diante desses resultados, o debate sobre a possibilidade de o Espírito Santo, assim como o Brasil, se aproximar do pleno emprego ganhou força. Embora não haja consenso entre os economistas sobre sua aplicação prática, parte da literatura define o pleno emprego como a situação em que todos os fatores produtivos, incluindo a mão de obra, são utilizados de forma efetiva. Em outras palavras, ocorre quando todos os trabalhadores dispostos e capazes de trabalhar estão empregados, exceto aqueles em transição entre empregos ou afetados por desajustes entre oferta e demanda, como falta de qualificação ou mudanças tecnológicas (desemprego friccional e estrutural).[1] Nesse sentido, as baixas taxas de desemprego observadas atualmente sugerem que podemos estar próximos dessa condição.

Por outro lado, apesar da baixa taxa de desocupação, ao considerar na análise outros indicadores, observa-se que ainda há um contingente de trabalhadores no Espírito Santo que está fora do mercado ou com jornada inferior à desejada. Nesse contexto, a taxa de subutilização da força de trabalho, que inclui, além dos desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial, atingiu 7,1% para o mercado de capixaba. No entanto, verifica-se que houve uma queda de 2 p.p. nesse indicador na comparação interanual, resultado da redução em todos os seus três componentes, e não apenas na taxa de desocupação, como mostrado no Gráfico 2. Isso indica que, apesar de ainda haver trabalhadores fora do mercado ou com jornada inferior ao desejado, o subaproveitamento da mão de obra segue uma trajetória de queda.

No que se refere especificadamente aos componentes da taxa de subutilização, no Espírito Santo, a proporção de pessoas subocupadas por insuficiência de horas foi de 1,8% no 2º trimestre de 2025, aumentando 0,5 p.p. em relação ao trimestre imediatamente anterior, mas caindo 0,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Por sua vez, o indicador percentual da força de trabalho potencial sofreu uma redução tanto na comparação trimestral (0,4 p.p.) como interanual (0,3 p.p.), sinalizando melhor utilização do potencial de trabalho no estado.

Gráfico 3 – Trajetória da taxa composta de subutilização da força de trabalho (%) - Espírito Santo



*Para melhor entendimento, sugere-se a leitura do Glossário ao final da nota.
Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE. | Elaboração: Observatório da Indústria/Findes.

[1] MATTOS, F. A. M.; LIMA, S. S. Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp, v. 24, n. 2 (54), p. 293-328, ago. 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n2art3

OCUPAÇÃO

No 2º trimestre de 2025, o nível de ocupação, que representa a proporção de pessoas ocupadas em relação à população em idade ativa - PIA (14 anos ou mais), incluindo aquelas que estavam subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, foi de 60,6% no Espírito Santo, resultado próximo do observado nos trimestres anteriores. Em termos absolutos, o estado contabilizou aproximadamente 2,04 milhões de ocupados, mantendo estabilidade interanual e frente ao trimestre anterior, enquanto o contingente de desocupados recuou de 95 mil, no mesmo período de 2024, para 65 mil pessoas.

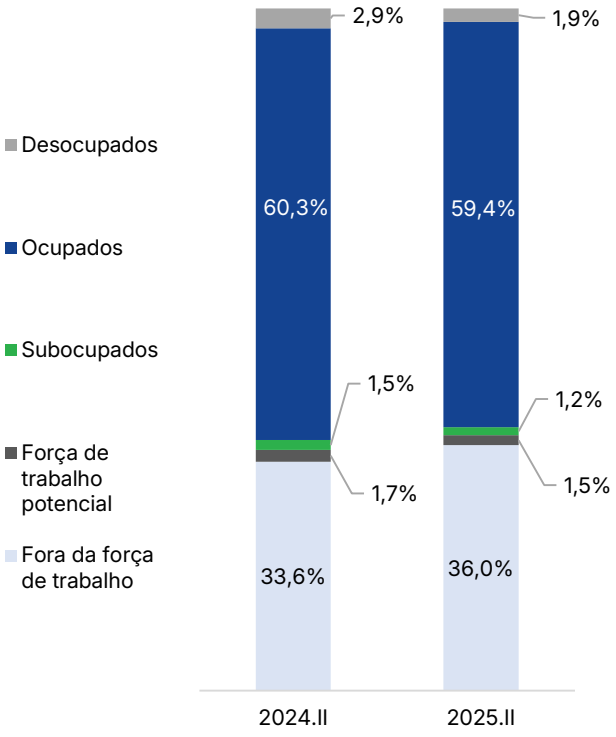
Na comparação interanual, o crescimento da população ocupada foi mais expressiva no setor agropecuário, que registrou uma variação de 12,1% em relação ao 2º trimestre do ano anterior, equivalente ao acréscimo de cerca de 31 mil pessoas ocupadas no estado. Em contrapartida, as demais atividades econômicas mantiveram a quantidade de ocupados constante, com exceção do segmento de transporte, armazenagem e correio que registrou uma variação negativa de 9,9% no número de ocupados, expressando uma redução de cerca de 13 trabalhadores. Tais resultados refletem o bom desempenho econômico da agropecuária capixaba no primeiro semestre de 2025, que por se tratar de um segmento intensivo mão de obra, levou a maior contratação de trabalhadores no período.

Os dados indicam uma leve alteração na composição da PIA, destacando-se o aumento da proporção de pessoas fora da força de trabalho, que passou de 33,6% no 2º trimestre de 2024 para 36% no mesmo período de 2025, conforme ilustrado no Gráfico 6. Dessa forma, a redução na proporção da PIA desocupada no estado parece ser explicada principalmente por esse crescimento da população fora da força de trabalho, ou seja, pelo afastamento do mercado de trabalho.

FORÇA DE TRABALHO

Como apresentado anteriormente, a população capixaba inserida na força de trabalho alcançou 2,04 milhões de pessoas no 2º trimestre de 2025, não expressando um crescimento significativo, tanto na análise trimestral como interanual. Nesse contexto, destaca-se que a população fora da força de trabalho alcançou 1,26 milhão de pessoas no estado, ficando acima do nível pré-pandemia (1,05 milhão no 4º trimestre de 2019) e 8% maior que no mesmo período de 2024. Esse crescimento ocorreu apesar da estabilidade da força de trabalho potencial, que inclui os desalentados. Assim, o acréscimo de 93 mil pessoas resultou, sobretudo, da expansão da força de trabalho não potencial (aposentados, estudantes e pessoas com limitações permanentes), com destaque para o crescimento entre idosos (60+) e jovens de 14 a 17 anos.

Gráfico 6 – Distribuição da população em idade ativa (%) no 3º trimestre de 2024 e 2025 – Espírito Santo



Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Observatório da Indústria/Sistema Findes.

INFORMALIDADE

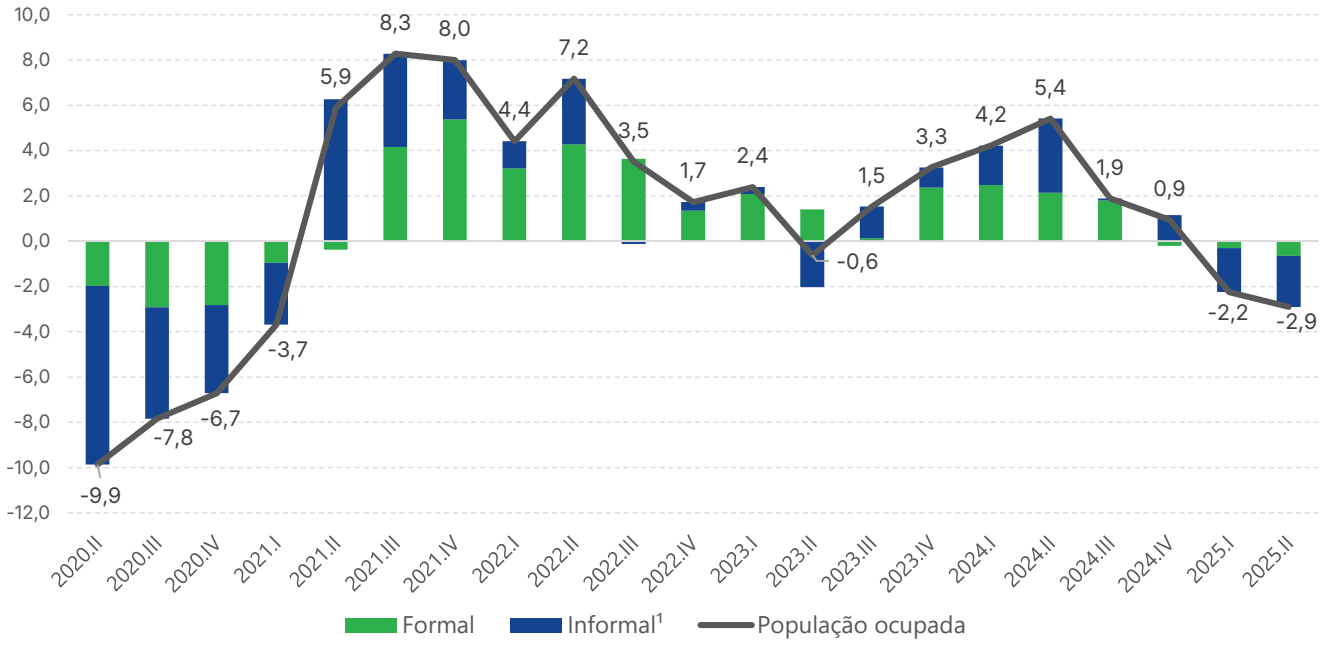
Desde o 3º trimestre de 2022, a taxa de informalidade, que mede a proporção de trabalhadores ocupados sem carteira assinada, sem CNPJ ou atuando por conta própria sem registro, permanece abaixo dos níveis pré-pandemia no Espírito Santo, quando ficou acima de 40%. No 2º trimestre de 2025, essa taxa foi de 38,2%, registrando uma queda de 1,4 p.p. em relação ao mesmo período de 2024, mas se mantendo praticamente estável frente ao trimestre anterior.

Além disso, no 2º trimestre do ano, a taxa de informalidade capixaba se manteve próxima a média nacional, que foi de 37,8% no mesmo período, e acima da média da região Sudeste (32,9%). Ressalta-se que, a média nacional da taxa de informalidade também registrou uma queda em relação ao mesmo trimestre de 2014, de 1 p.p, enquanto se manteve constante em relação ao trimestre imediatamente anterior. Entre os estados brasileiros, aqueles que apresentaram as menores taxas de informalidade foram Santa Catarina (24,7%), Distrito Federal (28,4%) e São Paulo (29,2%), enquanto as maiores taxas foram registradas por Maranhão (56,2%), Pará (55,9%) e Bahia (52,3%).

É importante destacar que a taxa de informalidade registrada no Espírito Santo representa, em termos absolutos, aproximadamente 779 mil pessoas ocupadas no 2º trimestre do ano. Apesar de expressivo, esse número representa 30 mil pessoas a menos do que no mesmo trimestre de 2024, quando foram registradas cerca de 809 mil trabalhadores informais no estado.

Associado a isso, a decomposição da taxa de crescimento interanual da população ocupada no estado revela que a queda observada, assim como no trimestre anterior, foi influenciada principalmente pela redução no número de trabalhadores informais. Os trabalhadores formais também contribuíram negativamente para esse resultado, mas em menor magnitude, conforme indicado no Gráfico 4, o que evidencia uma desaceleração mais intensa na geração de empregos informais no estado no período analisado.

Gráfico 4 – Decomposição da variação interanual da população ocupada por situação da ocupação* (%) – Espírito Santo



* Consideram-se trabalhadores informais : trab.alhador do setor privado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria (sem CNPJ) e trabalhador familiar auxiliar.
Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE. Elaboração: Observatório da Indústria/Findes.

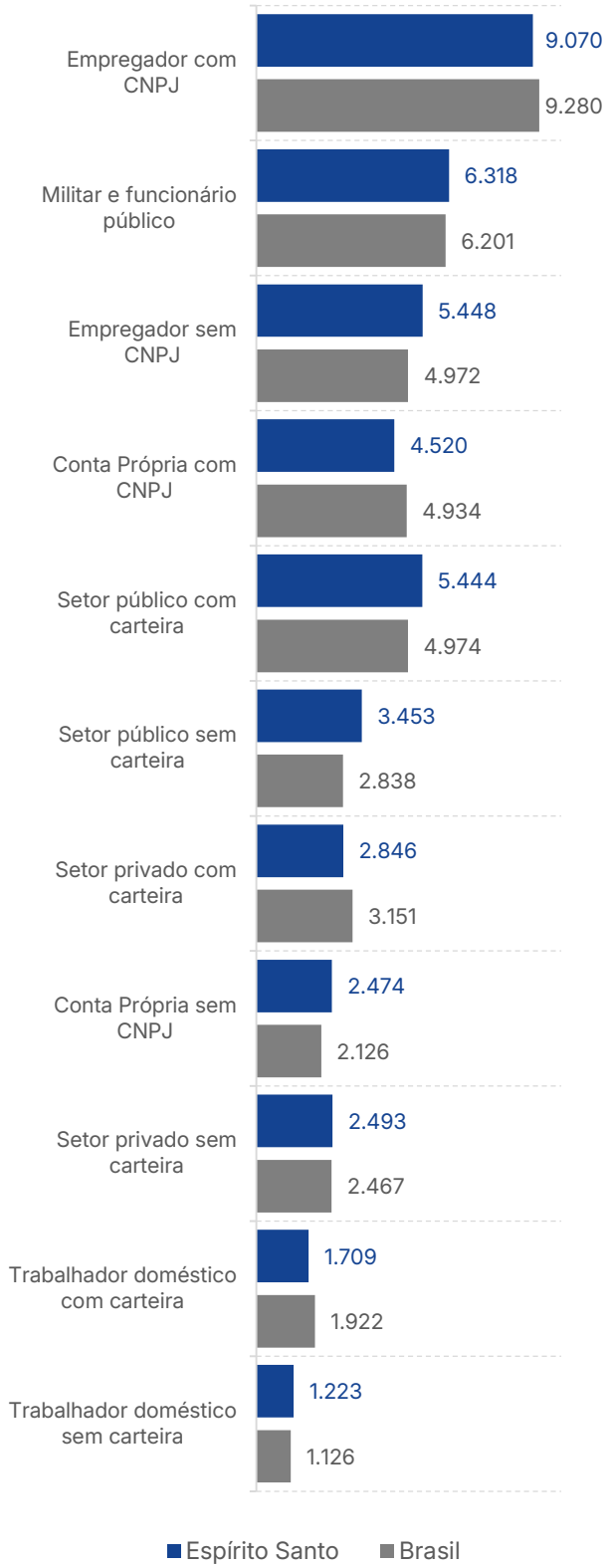
RENDIMENTO

No Espírito Santo, o rendimento real médio de todos os trabalhos foi de R$ 3.469 no 2º trimestre de 2025, com variação de 0,6% frente ao 1º trimestre de 2025 e de 4,2% em relação ao 2º trimestre de 2024. Esse valor ficou próximo da média nacional, que foi registrada em R$ 3.477 no mesmo período. Já a massa salarial no estado totalizou R$ 6,95 bilhões, com variação de 2,2% frente ao trimestre anterior e de 4,7% na comparação anual. Em ambos os casos, embora tenha ocorrido uma leve variação positiva, ela não é suficiente para caracterizar um crescimento significativo da renda, uma vez que, segundo os intervalos estatísticos aplicados pelo IBGE, esses indicadores permaneceram estáveis.

Já no cenário nacional, segundo o IBGE ocorreu um crescimento realmente significativo da renda habitual real e da massa salarial, do ponto de vista estatístico, no 2º trimestre de 2025, tanto em relação ao trimestre anterior quanto na comparação interanual. No período, o rendimento real habitual médio no Brasil alcançou R$ 3.477, representando alta de 1,1% em relação ao 1º trimestre de 2025 e 3,3% frente ao mesmo período de 2024. Por sua vez, a massa salarial registrada no país foi de R$ 351,2 bilhões, com aumento de 2,9% sobre o trimestre anterior e 5,9% em relação ao último trimestre de 2024.

Ao olhar para o rendimento real do trabalho principal, de acordo com a posição ocupada, verifica-se que o Espírito Santo não registrou variações relevantes em nenhuma dos segmentos ocupacionais na comparação trimestral e interanual. Por outro lado, o crescimento interanual dos rendimentos no Brasil foi impulsionado por elevações da renda entre empregados do setor privado com e sem carteira (2,2% e 7,9%) e trabalhadores por conta própria sem CNPJ (4,7%). Cabe destacar que, no cenário nacional, o crescimento dos ganhos nos segmentos informais tem aumentado sua atratividade e ampliado a concorrência com os empregos formais pela força de trabalho disponível.

Gráfico 5 – Rendimento real médio* por posição na ocupação e categoria de emprego (R$) no 2º trimestre de 2025 – Espírito Santo e Brasil



* Rendimento real médio habitualmente recebido em todos os trabalhos.
Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Observatório Findes.

GLOSSÁRIO

População em idade ativa: pessoas de 14 anos ou mais.

População ocupada: pessoas que trabalharam pelo menos uma hora ou que estavam temporariamente afastadas do trabalho na semana de referência da pesquisa.

População desocupada: pessoas que estavam sem trabalho e tomaram alguma providência para tentar conseguí-lo no período de referência de 30 dias.

População na força de trabalho: pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência da pesquisa.

População desalentada: pessoas fora da força de trabalho na semana de referência, por não realizar busca efetiva por trabalho no período de 30 dias pelos motivos de não conseguirem trabalho adequado, ou não terem experiência profissional ou qualificação, ou não conseguirem trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos, ou por não haver trabalho na localidade.

População não desalentada: pessoas fora da força de trabalho na semana de referência, por não realizar busca efetiva por trabalho no período de 30 dias por não se encontrarem disponíveis para trabalhar.

População subocupada: pessoas ocupadas que trabalhavam menos de 40 horas e estavam disponíveis e gostariam de trabalhar mais horas que as habituais.

População na força de trabalho ampliada: pessoas ocupadas, desocupadas e na força de trabalho potencial (inclui desalentados e não desalentados).

Taxa de desocupação: é interpretada também como taxa de desemprego. É o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana.

Nível de ocupação: Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Taxa de participação na força de trabalho: Percentual de pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal: É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Rendimento médio real efetivamente recebido em todos os trabalhos: É o rendimento bruto real médio efetivamente recebido no mês de referência em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Massa de rendimentos reais efetivamente recebidos em todos os trabalhos: É a soma dos rendimentos brutos efetivamente recebidos no mês de referência por todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos que tinham na semana de referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Fonte: IBGE.

Observatório FINDES

@observatoriofindes

@observatoriofindes

Acesse ***observatoriofindes.com.br*** ou leia o QR Code ao lado para encontrar mais produtos e estudos.

Gerência responsável: Gerência de Inteligência de Dados e Pesquisa